

A linguagem da Cruz: estudo de caso sobre a manifestação contra a homofobia de Viviany Beleboni e a cobertura midiática¹

Adamo Antonioni da Silva Insfran²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

A manifestação contra a homofobia feita pela artista Viviany Beleboni (que apareceu “crucificada” durante a 19ª Parada do Orgulho LGBT) gerou muita discussão sobre a utilização de símbolos cristãos, recebendo críticas de líderes religiosos e, conseqüentemente, ganhando ampla cobertura midiática. O presente artigo pretende realizar um breve estudo de caso sobre a abordagem midiática de dois portais evangélicos (Gospel Prime e Gospel Mais), a nota oficial da CNBB e dos sites G1 e UOL. Pelo viés da Teoria *Queer*, busca-se analisar como se estruturam discursos heteronormativos nestes sites, além de analisar como foi representada a personagem em questão dentro dos atuais estudos sobre identidade de gênero, LGBTfobia, preconceito e discriminação.

Palavras-chave: teoria *queer*; comunicação; jornalismo; lgbt.

Introdução

A grande polêmica da 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo foi a encenação feita por uma atriz transexual, que representou a crucificação de Jesus Cristo. Tal gesto, gerou revolta entre grupos cristãos que consideraram uma agressão ao símbolo religioso. Por isso, este artigo pretende analisar a cobertura midiática de diferentes portais de comunicação e compreender como se estruturam os discursos heteronormativos em cada um deles e como foi representada a imagem de Viviany Beleboni. Como *corpus* de análise, foi escolhido os sites “laicos” G1 e Uol, dois sites evangélicos “Gospel Mais” e “Gospel Prime”, além da nota da CNBB.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), acadêmico de Filosofia – Licenciatura (UFMS). Graduado em Jornalismo (Estácio- Campo Grande), e-mail: jor.adamo@hotmail.com

Os meios de comunicação possibilitam o confronto de ideias divergentes. Tendo em vista que cada setor da sociedade, possuindo suas agendas políticas, busca defender seus interesses. Por isso, o espaço midiático, que idealisticamente, visa respeitar os princípios da imparcialidade, neutralidade e “ouvir ambos os lados”, é um lugar que promove o debate e pluralidade.

Mas Motta (2003, p. 3) afirma:

[...] narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação.

Na realidade, sabe-se que em muitos portais de comunicação não é o que acontece. Prendendo-se em suas convicções, e em visões muito particulares de mundo, veículos de comunicação possibilitam apenas a voz de grupos hegemônicos, aqueles que, historicamente, são a maioria e ditam o ordenamento jurídico, político e social. Conforme Coutinho (Org. Paiva; Barbalho 2005, p. 89), a hegemonia caracteriza-se por ser um: “Processo pelo qual uma classe social constrói e reconstrói sua liderança intelectual e moral sobre as demais classes, reproduzindo ativamente os valores, as idéias, as práticas culturais por uma determinada perspectiva e impondo-a ao conjunto da sociedade.

Wolton ressalta:

Todo ato de informação na imprensa é acompanhado por uma estratégia de comunicação. Tanto que os jornalistas sabem que uma das dificuldades de seu ofício se deve ao fato de que a informação entra muitas vezes em contradição com as ideologias do público. Informar é geralmente lutar contra estereótipos e idéias preconcebidas.... A arte da comunicação é, pois, diretamente complementar o trabalho da informação. (Wolton, pg. 46, 2006)

Dentre essas estratégias de comunicação, estão os interesses de grupos religiosos que tomam conta da esfera política e midiática para exercer influência sobre a população. Guacira Lopes Louro (2001) observa que aumentaram as disputas entre as chamadas “minorias sexuais” e os grupos conservadores. Embora nem todo conservador pode ser considerado religioso, nota-se que as vozes que repercutem da mídia são, em grande parte, de líderes religiosos que se contrapõem às causas da comunidade LGBT.

O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (CNBB, p. 114, 2014) justifica que: "Diante do poder da mídia de influenciar a opinião pública, a Igreja percebe, por um lado, a urgência de dotar-se de seus próprios veículos e, por outro, a necessidade de estabelecer diálogo com os meios de comunicação não católicos". Esta é a estratégia comunicacional adotada pelo segmento católico. Já os evangélicos têm adquirido horários na programação em TVs abertas, além de utilizarem amplamente as redes sociais.

A comunidade LGBT que se organizou desde 1975 com o Movimento de Libertação Homossexual, também ganharam espaço midiático. A Parada da Diversidade de São Paulo demonstra o êxito de mídia espontânea conquistada pelo movimento, gerando pautas econômicas (geração de emprego, movimentando a economia), pautas sociais (preconceito, discriminação, tolerância, etc), pautas de entretenimento (atrações musicais, fantasias, diversão, turismo).

O Manual de Comunicação LGBT (2010) também é um avanço para a forma considerada adequada da cobertura midiática sobre esta população:

"São estas narrativas errôneas que o Manual de Comunicação LGBT pretende evitar, alertando que: "nem sempre as abordagens da mídia são politicamente corretas. É comum deparar-se com a utilização de termos, formas de tratamento e expressões que reforçam preconceitos, estigma e discriminação." (Manual de Comunicação LGBT, p. 6, 2010).

Diante do poder midiático em dar acesso a diferentes segmentos e pelo seu alcance às massas, diferentes grupos sociais buscam seu espaço na defesa de suas pautas. Afinal, "é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos", de modo que a presença nas estruturas midiáticas é essencial para que as discussões sobre o reconhecimento identitário encontrem repercussão". (Alles; Cogo 2013, p. 11)

Identidades trans: transcendência e performatividade de gênero

Os estudos feministas já apontaram o quanto a sociedade patriarcal, acentua as desigualdades nas relações entre mulheres e homens, com uma cultura altamente sexista. Seguindo a corrente feminista, os estudos contemporâneos que discutem as relações pós-identitárias, mais conhecidos como Teoria *Queer*, passou a problematizar um outro fator: a heteronormatividade. Neste caso, estas novas pesquisas discutem qual o lugar de sujeitos que não se encaixam nos padrões/normas heterossexuais. Numa sociedade que, além de

comportar elementos patriarcais e machistas, cobra que as pessoas desempenhem, rigorosamente, o comportamento esperado de uma pessoa heterossexual. Essa cobrança pode ser exercida por meio da violência psicológica, simbólica e até mesmo física.

Butler (*apud* Miskolci 2007, p. 256) afirma que:

“o feminismo tem afrontado sempre a violência (sexual ou não) contra a mulher e que tal posição pode (e deve) servir de base para uma aliança do feminismo com outros movimentos, uma vez que ‘a violência fóbica contra os corpos é o que une o ativismo anti-homofóbico, anti-racista, feminista, trans e intersex (p. 24)’”.

A população LGBT é minoria, mas não no sentido numérico, apenas. O conceito é mais amplo e compreende as relações de poder que dão direitos de voz a uns (grupos hegemônicos) e negam o direito de ser falado e ouvido a outros. Para Louro (2001, pg. 542) são: “maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho- gay, étnico, de gênero”.

Fora do círculo heterossexual_ tida como ideal porque fundada numa união entre um homem e uma mulher que podem gerar filhos_ as outras possibilidades sexuais são marginalizadas, excluídas ou negadas por não corresponderem ao fator biológico de reprodução. Cabe ressaltar que essa explicação de ordem natural carrega elementos ideológicos expressos em práticas discursivas daquilo que se formulou como Ciência. Michel Foucault (1993) buscou a desnaturalização das sexualidades, mostrando que há uma série de regras normativas responsáveis em dividir a sociedade em práticas consideradas lícitas e ilícitas. Com isso, a heterossexualidade passa a ser considerada lícita, enquanto a homossexualidade _ deslegitimada_ passa a ser alvo de controle e vigilância, justamente por não corresponder a essa doutrina naturalista.

Conseqüentemente, ao longo da história a homossexualidade foi excluída das expressões legítimas da sexualidade humana, sendo considerada “anomalia”, “desvio”, “doença” e, pelas religiões abraâmicas, “pecado”. Também no campo jurídico os “crimes de sodomia” levavam indivíduos a trabalhos forçados nas prisões, como acontecera com o escritor de origem irlandesa, Oscar Wilde.

Somado a esta heteronormatividade, estão os ideais do gênero: masculino e feminino, criando expectativas sociais e demarcando_ desde muito cedo_ os corpos. Este processo ritualístico visa materializar nos indivíduos a forma “correta” com a qual deve se comportar e que corresponde ao sexo biológico no qual se nasce. Louro (2001, p. 548) afirma que “as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos

sujeitos e que essas ‘normas regulatórias’ precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize, ” este aspecto compreende o conceito de performatividade elaborado por Judith Butler.

Miskolci (2007, p. 258) complementa que:

Performatividade se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeia. Assim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma “generificação”. Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente “natural”.

Assim, com relação ao gênero, por exemplo, ser mulher ou ser homem não é consequência, compulsória, de uma biologia humana (ainda vista como um imperativo categórico que dita esta suposta essência dos seres-humanos). Gênero não é mais visto como algo que as pessoas são (em sua essência), mas um efeito produzido a partir do que se faz (em sua existência). Ser de um determinado sexo biológico não implica em herdar as características de gênero associados a ele, tendo em vista que estas mesmas características não são heranças biológicas (genéticas, hormonais e cromossômicas), mas convenções sociais.

Scott (1998, p. 15) define gênero da seguinte forma:

[...] me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.

De acordo com Butler (2003), o gênero, enquanto uma categoria estável, é uma ideia falsamente construída pela heterossexualidade compulsória, sistema que busca atribuir critérios de normalidade ou o de naturalidade somente às relações que envolvem o homem e a mulher, ou seja, uma sexualidade pensada nos termos da reprodução da espécie, com viés altamente biológico.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Butler, 2003, p.195).

Para a autora o gênero é uma forma de organizar a sociedade e, portanto, permite a sobrevivência dos sujeitos nesta sociedade. Por isso, para aqueles que não se enquadram nestas categorias, isto é, não seguem as performances de gênero esperada por esta organização social, são punidos. Este tipo de organização está baseado numa hierarquia de indivíduos, cujo gênero determina sua posição nesta pirâmide social.

No topo desta pirâmide estaria a heteronormatividade e todos os elementos que comportam essa heterossexualidade compulsória (macho/viril para os homens, fêmea/sensível para as mulheres). É importante frisar que há outros fatores que atravessam a construção social desta pirâmide, como o racismo e classe social. Por isso, um sujeito transgênero ocupa uma posição inferior ao de um transgênero branco de classe média, por exemplo.

A construção desta identidade de gênero passaria pela linguagem, porque quando se passa pela linguagem é possível dar um significado ao corpo, ele não é pré-discursivo, mas um efeito deste universo simbólico. A esta hipótese, são importantes os estudos sobre Linguística de Saussure, segundo o qual: “a identidade se estrutura como linguagem, ou seja, socialmente e com relação ao ‘outro’”. Jayme (org. Paiva; Barbalho, 2007, p. 156).

A respeito da importância da linguagem e do discurso Reimer (2008, p 162), explica:

O dialogismo é o sentido do discurso. Ignorar a natureza dos discursos é o mesmo que destruir a ligação que existe entre a linguagem e a vida. A língua é a base material em que repousam os processos discursivos. O ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam a outro. Por isso, ele está irrelutavelmente preso ao outro naquilo que há de mais caracteristicamente humano: a linguagem. Como um texto é um objeto de significação e de comunicação, objeto de uma cultura cujo sentido depende do contexto histórico-social, alguns discursos traduzem visões de mundo que permeiam uma formação social.

Para além dessas dicotomias mulher/homem, macho/fêmea e mulher/homem, estão as pessoas transgêneras que desafiam esses binômios, pervertem essas fronteiras classificatórias, dando um xeque-mate nas divisões heterossexual/homossexual, mostrando

que elas não são suficientes para descrever e/ou explicar a multiplicidade das sexualidades humanas.

As identidades trans, por atravessarem as categorias sexuais, trazem à tona o quão frágeis são essas concepções binárias, e revelam que é possível celebrar outras expressões identitárias. Jayme (org. Paiva; Barbalho 2005, p. 161) afirma: “Se a formulação das identidades se dá numa construção e reconstrução constante, a ideia de uma identidade única e permanente é que, ao que parece, vem perdendo. Para Santo, identidades são identificações em curso”.

Se está em curso, significa que algo está em movimento, deslocando-se de um lugar a outro, essa ideia pode exemplificar os transgêneros, que “transitam” entre um gênero e outro, ou preferem viver a ambiguidade dessas fronteiras classificatórias. Ao assumirem uma identidade de gênero diferente ao seu sexo biológico, as identidades trans tornam-se ininteligíveis_ corpos abjetos_ ou seja, são contraditórios, corpos que ninguém se importa. Por outro lado, “corpos inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm a relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2003, p. 38).

Na condição de “corpos abjetos”, as performances dos transgêneros não são reconhecidas, nem consideradas legítimas pelos outros (aqueles cujo gênero é fixo, coerente, em termos de Ciências Sociais: cisgênero); dado este conflito, travestis, transexuais, transformistas e *drag-queens*, trazem para a discussão “a fluidez das identidades no cenário contemporâneo e sua relação com o gênero, também percebido com fluido e performático” Jayme (Paiva; Barbalho 2005, p. 165).

Viviany Belebony é uma transmulher (ou mulher transexual), ou seja, seu corpo transcende às classificações binárias que são constructos sociais. Ao manifestar-se na Cruz_ símbolo de uma religião hegemônica_ seu próprio corpo abjeto significou uma afronta aos corpos inteligíveis (coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejos) defendidos, historicamente, pela religião cristã.

Imagética da abjeção: o Cristo na Idade Média e a Viviany na Idade Mídia

É forte a influência cristã no Brasil, fruto da colonização que trouxe consigo as representações de um Cristo nos moldes europeus. Ainda perseveram tais imagens sejam nas repartições públicas, sejam no imaginário coletivo. Tentativas como a de Ariano Suassuna de mostrar um outro Jesus_ negro_ na peça o Auto da Compadecida, adaptado

para o cinema posteriormente, foram formas sutis de crítica ao padrão hegemônico. Apesar de ações movidas por parte de alguns movimentos de retirar símbolos religiosos dos espaços públicos, tal atitude foi frustrada pelo emblemático envolvimento brasileiro com a religião. Até 1889, o catolicismo era religião oficial do país, que outrora chamara-se Terra de Santa Cruz.

Na História das religiões monoteístas_ judaísmo, cristianismo e islamismo_ a imagem de Deus foi construída a partir de uma figura masculina num sistema patriarcal. Jesus, descrito nos Evangelhos como o Filho do Homem, chamava Deus de Pai, expressões que reforçam esta visão androcêntrica. Posteriormente, a estrutura eclesial do Catolicismo se baseia num patriarcalismo que exclui a liderança feminina. Reimer (2008, p. 75) afirma que: “A imagem de Deus único e masculino mantém uma profunda interdependência com o exercício do poder na Igreja e na sociedade”.

Com o desenvolvimento do cristianismo na Europa e de uma igreja feita por homens, persiste a imagem de um deus masculino. Também a imagem de Jesus Cristo, a partir de uma visão etnocêntrica, passa a ser representada dentro dos padrões estéticos europeus: branco, loiro e olhos azuis. Além dessas características, as representações carregam fortes elementos de agonia de Cristo, diferente das iconografias paleocristãs, mais simples e primitivas. Em História da Feiúra, Umberto Eco (2007, p. 49) recorda

Foi somente nos séculos da Idade Média mais madura que se reconheceu no homem na cruz um homem verdadeiro, batido, ensanguentado, desfigurado pelo padecimento, e a representação, seja da crucificação, seja das várias fases da Paixão, torna-se então dramaticamente realista e celebra, em seu sofrimento, a humanidade do Cristo.

Diante destas condições históricas, somada à força política e poder de influenciar, a Igreja Católica monopolizou a imagem de Cristo desde à Idade Média. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- Regional 1, entidade ligada à Igreja Católica, se manifestou por meio de uma Nota Oficial no dia 11 de junho de 2015, com o título “Mensagem aos Católicos e a todos os cidadãos³”. Apesar de não haver menção ao ato em si, marcadores de linguagem como “manifestações de desrespeito à consciência religiosa de nosso povo e ao símbolo maior da fé cristã, Jesus crucificado”, explicitam o propósito do comunicado.

³ O link da nota Oficial da CNBB: <http://www.cnbbsul1.org.br/pagina-exemplo/?did=102>

Outros apontamentos feitos pela CNBB são:

- 1- Afirmar que a fé cristã e católica, e outras expressões de fé encontram defesa e guarida na Constituição Federal [...]
- 2- Lembrar que todo ato de desrespeito a símbolos, orações, pessoas e liturgias das religiões constitui crime previsto no Código Penal [...]

O ordenamento jurídico também pode ser instrumentalizado em nome da ideologia dominante, quando a justiça é utilizada para defender privilégios de uns e considerando outros cidadãos de segunda classe. E, embora, hajam avanços na legislação na defesa dos direitos da população LGBT nos últimos anos, ainda persistem violação de direitos, como violências físicas, verbais e simbólicas, daí a necessidade de leis que criminalizem a homolesbotransfobia, por exemplo.

Essa luta por justiça social também é uma das características de uma minoria, como afirma Sodré (Org. Paiva; Barbalho, p. 13, 2005):

Vulnerabilidade jurídico-social- o grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado “vulnerável”, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Onde sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso.

Trazendo o título: “Com 20 mil pessoas, Parada Gay em SP é marcada por agressões a símbolos do cristianismo⁴”, a matéria do site Gospel Mais ressaltou o número reduzido de participantes utilizando a expressão “reuniu apenas 20 mil pessoas”. Além disso, descreveu a encenação de Viviany Belebony da seguinte forma: “As imagens de um travesti, nu, com uma coroa de espinhos e ‘pregado’ a uma cruz sobre um trio elétrico percorreram sites, blogs e redes sociais na tarde do domingo, e geraram repúdio por parte de diversos formadores de opinião. ”

Nota-se a construção estereotipada da personagem jornalística, que sequer foi ouvida ou teve o nome próprio citado. Ao contrário, um artigo indefinido demonstra um sujeito vago, sem nome, cuja existência não é legítima, descrito como “um travesti, nu”. Ou seja, a narrativa esconde este corpo abjeto, substituindo o nome pessoal por um preconceito (travesti, nu).

4 Matéria: “Com 20 mil pessoas, Parada Gay em SP é marcada por agressões a símbolos do cristianismo”, site: <http://noticias.gospelmais.com.br/parada-gay-marcada-agressoes-simbolos-cristianismo-77182.html>

O site Gospel Prime⁵ também utilizou verbetes equivocados:

“A imagem de um protesto de um transexual na cruz, representando Jesus Cristo, durante a 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) de São Paulo, que aconteceu na tarde do último domingo (7) no centro da cidade, causou revolta nas redes sociais.

Ao final da matéria, contudo, o nome da manifestante é citado, mas ainda com erros na menção de sua identidade de gênero: “O protesto foi feito pelo transexual Viviany Beleboni, que é considerado musa transex. Segundo informou o transexual, sua intenção era chamar a atenção para o sofrimento que passam os LGBTs de todo o país”

Entretanto, de acordo com o Manual de Comunicação LGBT (2010, p.18): “[...] utiliza-se o artigo definido ‘A’ para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, ‘O’ travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. ”

Já a abordagem do portal de notícias G1⁶, trouxe um caráter mais humanizado da personagem. O conflito centra-se nos ataques sofridos por Viviany como fica expresso logo no primeiro parágrafo da matéria:

A atriz Viviany Beleboni, de 26 anos, é transexual, espírita e chocou parte dos participantes da 19ª Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) neste domingo (7). Ela se prendeu à cruz, encenando o sofrimento de Jesus, para “representar a agressão e a dor que a comunidade LGBT tem passado”. “Nunca tive a intenção de atacar a igreja. A ideia era, mesmo, protestar contra a homofobia”, explicou.

Nesta matéria, a personagem já possui um nome, uma profissão e voz, diferente das outras matérias veiculadas em sites religiosos. Para Barbalho (Org. Paiva; Barbalho 2005, p. 37): “[...] a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria”.

5 Matéria: “Cristofobia: Parada Gay tem transexual seminu crucificado”, link: <http://noticias.gospelprime.com.br/parada-gay-transexual-seminu-crucificado/>

6 Matéria: “Representei a dor que sentimos”, diz transexual 'crucificada' na Parada Gay”, link: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html>

Semelhante ao site de notícias UOL⁷ que ressaltou as ameaças sofridas por ela:

No fim da tarde desta segunda-feira (8), Viviany usou o seu perfil no Facebook para agradecer manifestações de solidariedade e relatou ter sido ameaçada. "[O] negócio está ficando sério, recebendo ligações de morte, e agressões inúmeras", escreveu. Pouco depois, ela compartilhou um vídeo no qual afirma que o seu objetivo era representar as dores de todas as travestis. "Somos crucificadas o ano todo", declarou.

Cabe ressaltar que em ambas as matérias opiniões contrárias a manifestação também foram ouvidas, como afirma Motta (2000, p. 5): "Há sempre pelo menos dois lados em confronto em quase todo acontecimento jornalístico. Há sempre interesses contraditórios, algo que se rompe a partir de algum equilíbrio ou estabilidade anterior e que gera tensão".

O contraponto no site G1 foi do Deputado Federal Marco Feliciano, líder religioso que se manifestou por meio de redes sociais:

[...] o Deputado Federal Marco Feliciano publicou um texto no Facebook: "Imagens que chocam, agridem e machucam. Isto pode? É liberdade de expressão, dizem eles. Debochar da fé na porta denuda igreja pode? Colocar Jesus num beijo gay pode? Enfiar um crucifixo no ânus pode? Despedaçar símbolos religiosos pode? Usar símbolos católicos como tapa sexo pode? Diizer que sou contra tudo isso NÃO PODE? Sou intolerante, né?".

Já o site Uol acrescentou à repercussão que o *post* do deputado teve nas redes sociais: "No início da noite, o post de Feliciano havia sido curtido por mais de 275 mil usuários do Facebook e compartilhado mais de 365 mil vezes. Em diversos comentários, o ato foi chamado de "blasfêmia" e "falta de respeito".

A utilização do campo da comunicação feita pelos políticos, como Marco Feliciano, demonstra como a mídia tem mediado todos os outros campos sociais. Barbalho (Paiva; Barbalho, p. 35, 2005) salienta: 'Nessa "Idade Mídia", a comunicação deixa de ser mero instrumento da política e impõe sua própria gramática com a qual os políticos têm que negociar".

7 Matéria: "Transexual "crucificada" na Parada Gay de SP diz ter sido ameaçada de morte", link: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/08/transexual-crucificada-na-parada-gay-de-sp-diz-ter-sido-ameacada-de-morte.htm>

A mídia com seu papel de promover o debate sobre os conflitos sociais, pode ser utilizada tanto para a construção negativa de grupos minoritários, quanto para a construção de imagem mais humanizada. Simbolicamente, a construção da narrativa midiática também pode ser inquisidora ao desconstruir identidades, que acabam por prejudicar a dignidade desses sujeitos que já se encontram em situação vulnerável.

Conclusão

A religião_ fenômeno coletivo_ quando criticada, manifesta o descontentamento de todo um grupo que professa aquela fé. Nas palavras de Estrada (2007, 93-94): “Determinadas ações contra símbolos religiosos [...], a profanação de um templo a ridicularização de imagens, costumes e tradições religiosas ou os ataques a pessoas representativas de uma religião, são vivenciadas como ataques pessoais”.

Cabe lembrar que desde a Antiguidade são atestadas a utilização da cruz por diferentes civilizações, mas a partir do cristianismo adquire-se um novo significado, de acordo com Chevalier e Alain (2012, p. 3100:

A tradição cristã enriqueceu prodigiosamente o simbolismo da cruz, condensando nessa imagem a história da salvação e a paixão do Salvador. A cruz simboliza o Crucificado, o Cristo, o Salvador, o Verbo, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Ela é mais que uma figura de Jesus, ela se identifica com sua história humana, com a sua pessoa.

O fenômeno religioso está imbuído na própria essência da pessoa porque não é apenas uma questão de crença, mas envolvem tradições milenares, ritos, fatores culturais, ou seja, todo um sistema simbólico que justificam tais práticas. Quando a religião é atacada nega-se todo este processo histórico.

Nas palavras de Coutinho (Org. Paiva; Barbalho 2005, p. 89):

Importa perceber que, nas religiões, o conhecimento considerado verdadeiro – sejam as leis escritas ou as suas interpretações – tem Deus como fundamento. Toda a tradição religiosa se apresenta como algo criado ou inspirado por Deus. De todo modo, trata-se de algo transcendente ao ser humano.

Daí a reação enérgica dos religiosos cristãos ante a encenação de Viviany porque chocava-se com a representação heteronormativa que se construiu sobre Jesus Cristo. Uma mulher transexual é a negação desta imagem canônica e, justamente por ser ‘canônica’, não pode ser tocada, é sagrada. Esta sacralização da heterossexualidade compulsória acontece

no momento em que ela é associada a figura do transcendente (Jesus Cristo). E assim, as outras expressões sexuais permanecem na invisibilidade pois não estão representadas no imaginário religioso hegemonicamente masculino.

Mas, os Estudos de Gênero também vêm procurando desconstruir essa imagem teológica, conforme Reimer (2008, p. 55): “Preocupada com a insuficiência dessa maneira de compreender o divino e com a experiência humana suscitada por ela, a teologia feminista tenta corrigir as imagens divinas e humanas em que a preponderância masculina sobrepujou a feminina.

“Assim, podemos falar em tradições hegemônicas, que reafirmam a visão de mundo das camadas dominantes, e em tradições contra-hegemônicas, que reconstruem a história pela perspectiva das classes subalternas” Coutinho (Org. Paiva; Barbalho, p. 95, 2005). Portanto, o movimento LGBT ao conceber uma outra face de Cristo, reescrevem as páginas das religiões tradicionais, ocultas no devir da História.

Após séculos de perseguição, fogueiras, condenação, este contingente humano (ignorado nos discursos religiosos) apropriam-se e recriam os elementos cristãos com tal facilidade e sutileza como constroem e reconstruem suas próprias identidades. A mensagem central “Basta Homofobia” não esvazia a linguagem da cruz, mas dá novo significado numa perspectiva inclusiva. Recado dado.

Referências

ALLES, Natália Ledur; COGO, Denise. **“Sou feliz sendo prostituta”: incidências de discursos governamentais e midiáticos sobre prostituição.** Esferas: Revista Interprogramas de pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste. Ano , nº 3, 20013, ISSN: 2316-7122

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS ETRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT.** Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain, et al. **Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.** [tradução Vera da Costa e Silva]. Rio de Janeiro: José Olympio, 26ª ed, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), **Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2014

Eco, Umberto. **História da Feiúra**. [tradução Eliana Aguiar] Rio de Janeiro: Record, 2007

ESTRADA, Juan Antonio. **Imagens de Deus: A filosofia ante a linguagem religiosa**. [tradução de José Afonso Beraldin]. São Paulo: Paulinas, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: vontade de saber**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993

Ivone Richter Reimer (Org). **Imaginários da divindade: textos e interpretações**. Goiânia: UCG, São Leopoldo: Oikos, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer- Uma política pós-identitária para a educação**. Estudos Feministas, ano 9. p. 548. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO. **Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis**. Revista Gênero, 2007.

Disponível: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/155/98>

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. [Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila]. New York, Columbia University Press. 1989.

Disponível em:

http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. [Tradução Vanise Pereira Dresch]. São Paulo: Paulus, 2006.

Sites consultados:

Sites:

Mensagem aos católicos e a todos os cidadãos, link:

<http://www.cnbsul1.org.br/pagina-exemplo/?did=102> Acesso em: 20 de julho de 2015

“Com 20 mil pessoas, Parada Gay em SP é marcada por agressões a símbolos do cristianismo”, link

<http://noticias.gospelmais.com.br/parada-gay-marcada-agressoes-simbolos-cristianismo-77182.html> Acesso em: 21 de julho de 2015

“Cristofobia: Parada Gay tem transsexual seminu crucificado”, link:
<http://noticias.gospelprime.com.br/parada-gay-transexual-seminu-crucificado/> Acesso em: 20 de julho de 2015

Matéria: “Transexual "crucificada" na Parada Gay de SP diz ter sido ameaçada de morte”, link:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/08/transexual-crucificada-na-parada-gay-de-sp-diz-ter-sido-ameacada-de-morte.htm> Acesso em 21 de julho de 2015

Matéria: “‘Representei a dor que sentimos’, diz transexual 'crucificada' na Parada Gay”, link:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html> Acesso em 22 de julho de 2015